

CARTA ABERTA AOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL SOBRE A PROCLAMADA COTA ZERO

Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso, Senhor Mauro Mendes

Exmo. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja,

Tendo em conta as medidas tomadas e planejadas pelos governos dos senhores relacionadas à pesca nos rios da Bacia do Alto Paraguai e, particularmente, no Pantanal, a Rede Pantanal e outras instituições vêm a público externar sua posição sobre o tema e solicitar que medidas como a proclamada Cota Zero não sejam levadas adiante e que os governos considerem as questões realmente fundamentais para a vida dos rios da Bacia. Basear-se na ciência, nas conclusões de pesquisadores e na percepção das Comunidades e Povos Tradicionais, é fundamental. No caso de Mato Grosso, respeitar as elaborações e deliberações do Conselho Estadual da Pesca (CEPESCA) sobre o tema.

Considerando:

- A acelerada desestruturação econômica já observada em vários municípios com áreas na planície pantaneira em razão de medidas tomadas como Cota Zero em Mato Grosso do Sul, o que pode ser atestado por depoimentos de pequenos/as e médios/as empresários/as como a Sônia Maria Percigili, do distrito de Águas do Miranda, em Bonito/MS:

“Sumiram os turistas, cancelaram suas reservas. Cadê os turistas que falaram para mim que teríamos aos montes? Todos dependem do turismo. É ele que traz o nosso ‘ganhão pão’. Quando a gente vê aquele lugar que não tá vindo ninguém, é triste. Muito triste. Dá vontade de chorar. Eu tenho funcionários e eles falam assim pra mim: ‘D. Sônia, você vai me mandar embora quando fechar a pesca?’ Eu falo ‘meu deus’, eu tenho minha empresa há 23 anos, isso é muito triste e não é só eu que estou assim”.

- As 22 Audiências Públicas realizadas em MS e MT até o presente momento, todas contrárias ao Cota Zero.

- Que a deterioração da qualidade das águas dos rios da bacia hidrográfica do rio Paraguai, distribuída por MS, MT, Paraguai e Bolívia, é evidente.

- Que tal deterioração tem como razões principais o transporte de sedimentos, com turvação das águas, causada pelo mau uso do solo; o desmatamento e, particularmente, a retirada da vegetação marginal dos cursos d'água, e o uso intensivo de agroquímicos, mortais para a vida aquática.

- Que a construção de represas nos rios que abastecem o Pantanal compromete duramente a reprodução das espécies migratórias, de piracema, dentre elas, algumas muito procuradas pelos pescadores, como é o caso do dourado.

- Que a dinâmica anual e plurianual das águas no Pantanal comprovadamente determina maior ou menor disponibilidade de peixes: anos de grandes cheias a produção é maior, ocorrendo o inverso em anos de águas baixas.

- Que pesquisas sistemáticas realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lideradas pelo doutor Agostinho Carlos Catella e apresentadas no texto “Gestão pesqueira e conservação ambiental: binômio inseparável” conclui que “em termos qualitativos, para as categorias profissional artesanal e amadora de pesca, observam-se que a maior proporção de espécies de peixes de grande e médio porte vem se mantendo constante nas capturas anuais. Esses fatos indicam que as normas de pesca existentes estão contribuindo de forma efetiva para a manutenção das populações e para o uso sustentável dos recursos pesqueiros nas condições atuais dessa Bacia”.

- Que no mesmo texto citado anteriormente o pesquisador afirma que a gestão da pesca deve ter por objetivo garantir a produção pesqueira ao longo do tempo, através de ações reguladoras, para o bem-estar dos usuários. Ressalta ainda que “um dos principais desafios da gestão pesqueira é equilibrar a distribuição de oportunidades e o acesso dos usuários aos recursos pesqueiros”.

- Dada a importância econômica e social da pesca, nas suas várias modalidades, alterações nas legislações devem ter o suporte de bases técnicas, de audiência dos grupos potencialmente atingidos e apontarem para um plano geral da atividade, como demonstra o doutor Agostinho e, também, as organizações que têm debatido junto às comunidades. Estas audiências devem de ter a característica da escuta cuidadosa e de consulta prévia, sendo uma ferramenta para incorporar os conhecimentos tradicionais nas propostas de manejo.

- Que a Agência Nacional de Águas (ANA), contratou estudo, coordenado pela Embrapa Pantanal, a ser concluído em maio de 2020 para subsidiar o “Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai” (concluído em 2018), com o objetivo de orientar as ações de conservação e uso das águas na bacia e que sobre os peixes e a pesca, o estudo inclui determinação das rotas migratórias e das áreas de desova.

- A pesca é a atividade que mais gera trabalho e renda no Pantanal.

- A pesca é a base de uma cultura secular de conservação do Pantanal e estratégia a segurança alimentar, como fonte de proteína para a população empobrecida das cidades pantaneiras.

As instituições e cidadãos/cidadãs abaixo firmadas solicitam aos governos de MS e MT a suspensão de todas as medidas que alterem as regras históricas da atividade e que formem um Grupo de Trabalho pelos dois estados para a elaboração de um Plano Geral da Pesca como base para qualquer ação para o setor. A sugestão é que o grupo inclua pesquisadores/as, empresários/as, pescadores/as, organizações não governamentais, deputados/as e representantes dos governos estaduais e federal.